

**BR - Capital Distribuidora de
Títulos e Valores Mobiliários S.A.**

Demonstrações Financeiras acompanhadas do
Relatório do Auditor Independente

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos:

Administradores e Acionistas da

BR-Capital Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da BR-Capital Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2017, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia, em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotados no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 02 de fevereiro de 2018.

André José Valério
Contador CRC 1SP-244.101/O-5

RSM Brasil Auditores Independentes – Sociedade Simples
CRC 2SP-030.002/O-7



**BALANÇOS PATRIMONIAIS ENCERRADOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016**

Valores em R\$ mil

A T I V O	NE	31/12/17	31/12/16
CIRCULANTE		2.229	2.513
DISPONIBILIDADES	4	71	609
APLICAÇÕES INTERFIN. DE LIQUIDEZ	4	305	374
Aplicações em depósitos interfinanceiros		305	374
TVM E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	5	1.510	1.252
Carteira própria		1.510	1.252
OUTROS CRÉDITOS	6	343	278
Rendas a receber		162	151
Diversos		181	127
NÃO CIRCULANTE		176	218
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		68	64
OUTROS CRÉDITOS	10	68	64
Diversos		68	64
INVESTIMENTOS	7	-	31
Outros investimentos		-	31
IMOBILIZADO DE USO		107	121
Outras imobilizações de uso (Depreciações acumuladas)		231 (124)	224 (103)
INTANGÍVEL		1	2
Ativos Intangíveis (Amortização acumulada)		2 (1)	2 -
TOTAL DO ATIVO		2.405	2.731

CARLOS ALBERTO DA ROCHA LIMA
Diretor

LUIZ LINARES CAMBERO
Contador CRC 1SP 74.256/O-4

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS ENCERRADOS EM

31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

Valores em R\$ mil

P A S S I V O	NE	31/12/17	31/12/16
CIRCULANTE		464	736
OUTRAS OBRIGAÇÕES	6	464	736
Sociais e estatutárias		117	-
Fiscais e previdenciárias		74	74
Negociação e intermediação de valores		33	547
Diversas		240	115
NÃO CIRCULANTE		68	64
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		68	64
OUTRAS OBRIGAÇÕES	10	68	64
Diversas		68	64
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.873	1.931
Capital:	8.1	1.782	1.782
De Domiciliados no país		1.782	1.782
Reservas de lucros	8.2	198	148
Ajustes de avaliação patrimonial		(107)	1
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.405	2.731

CARLOS ALBERTO DA ROCHA LIMA
Diretor

LUIZ LINARES CAMBERO
Contador CRC 1SP 74.256/O-4

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS

ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

Valores em R\$ mil

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS	NE	2º-SEM-17	31/12/17	31/12/16
RECEITAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		123	251	295
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		123	251	295
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		123	251	295
OUTRAS RECEITAS(DESPEAS) OPERACIONAIS		(319)	(1.078)	(860)
Receitas de prestação de serviços	11	987	1.889	1.846
Despesas de pessoal	12	(614)	(1.143)	(931)
Outras despesas administrativas	13	(517)	(1.532)	(1.571)
Despesas tributárias		(175)	(297)	(207)
Outras receitas operacionais		-	5	3
RESULTADO OPERACIONAL		(196)	(827)	(565)
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	7	1	1.316	4.336
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES		(195)	489	3.771
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	14	166	(121)	(1.597)
Provisão para imposto de renda		98	(56)	(876)
Provisão para contribuição social		68	(65)	(721)
PARTICIPAÇÕES ESTATUTÁRIAS NO LUCRO		-	-	(24)
LUCRO LÍQUIDO/ (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO E SEMESTRE		(29)	368	2.150
JUROS DE CAPITAL PRÓPRIO		(138)	(138)	(90)
Nº de ações		634.240	634.240	634.240
Lucro/(Prejuízo) por ação.....R\$		-0,05	0,58	3,39

CARLOS ALBERTO DA ROCHA LIMA
Diretor

LUIZ LINARES CAMBERO
Contador CRC 1SP 74.256/O-4

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS

ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

Valores em R\$ mil

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	2º-SEM-17	31/12/17	31/12/16
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	(29)	368	2.150
RESULTADO ABRANGENTE	31	(108)	-
Ajustes de avaliação patrimonial	31	(108)	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL	2	260	2.150

CARLOS ALBERTO DA ROCHA LIMA
Diretor

LUIZ LINARES CAMBERO
Contador CRC 1SP 74.256/O-4

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores em R\$ mil

Período de 01/07/17 a 31/12/17						
E V E N T O S	CAPITAL REALIZADO	RESERVA LEGAL	RESERVAS ESPECIAIS DE LUCROS	AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	T O T A L
SALDOS NO INÍCIO DO PERÍODO EM 01/07/17	1.782	116	-	(138)	249	2.009
Ajustes ao valor de mercado - TVM e Derivativos				31	-	31
Prejuízo líquido do período					(29)	(29)
Destinações:	-	19	63	-	(220)	(138)
Juros capital próprio					(138)	(138)
Reserva legal		19			(19)	-
Reserva especial de lucros			63		(63)	-
SALDOS NO FIM DO PERÍODO EM 31/12/2017	1.782	135	63	(107)	-	1.873
MUTAÇÕES DO PERÍODO:	-	19	63	31	(249)	(136)
Período de 01/01/17 a 31/12/17						
E V E N T O S	CAPITAL REALIZADO	RESERVA LEGAL	RESERVAS ESPECIAIS DE LUCROS	AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	T O T A L
SALDOS NO INÍCIO DO PERÍODO EM 01/01/17	1.782	116	32	1	-	1.931
Dividendos intermediários		-	(32)		-	(32)
Ajustes ao valor de mercado - TVM e Derivativos				(108)	-	(108)
Lucro líquido do exercício					368	368
Destinações:	-	19	63	-	(368)	(286)
Juros capital próprio					(138)	(138)
Dividendos					(148)	(148)
Reserva legal		19			(19)	-
Reserva especial de lucros			63		(63)	-
SALDOS NO FIM DO PERÍODO EM 31/12/2017	1.782	135	63	(107)	-	1.873
MUTAÇÕES DO PERÍODO:	-	19	31	(108)	-	(58)
Período de 01/01/16 a 31/12/16						
E V E N T O S	CAPITAL REALIZADO	RESERVA LEGAL	RESERVAS ESPECIAIS DE LUCROS	AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	T O T A L
SALDOS NO INÍCIO DO PERÍODO EM 01/01/16	1.782	13	188	1	-	1.984
Reversão de reservas		-	(143)		143	-
Dividendos intermediários			(13)		-	(13)
Lucro líquido do exercício					2.150	2.150
Destinações:	-	103	-	-	(2.293)	(2.190)
Juros capital próprio					(90)	(90)
Dividendos					(2.100)	(2.100)
Reserva legal		103			(103)	-
SALDOS NO FIM DO PERÍODO EM 31/12/16	1.782	116	32	1	-	1.931
MUTAÇÕES DO PERÍODO:	-	103	(156)	-	-	(53)

CARLOS ALBERTO DA ROCHA LIMA
Diretor

LUIZ LINARES CAMBERO
Contador CRC 1SP 74.256/O-4

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2017 e de 2016 **(Em milhares de reais)**

1. Contexto operacional

A Distribuidora tem por objetivo a intermediação de compra e venda de títulos e valores mobiliários, por conta própria e de terceiros; administração de carteiras e de custódia de títulos e valores mobiliários; subscrição, transferência e autenticação de endossos, desdobramento de cautelas, recebimento e pagamento de resgates, juros e outros proventos de títulos e valores mobiliários; exercer funções de agente fiduciário; instituir, organizar e administrar fundos e clubes de investimento; realizar a constituição de sociedade de investimento – capital estrangeiro e administrar a respectiva carteira de títulos e valores mobiliários e; exercer outras atividades expressamente autorizadas pelo Banco Central do Brasil e Comissão de Valores Mobiliários.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil - BACEN, Conselho Monetário Nacional - CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC aprovados pelo BACEN.

A moeda funcional da Distribuidora é o Real, a qual também é a moeda de apresentação destas demonstrações financeiras.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela Diretoria em 31 de janeiro de 2018.

3. Resumo das principais práticas contábeis

3.1. Apuração de resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência. Para as receitas de natureza financeira, observa-se o critério “pro rata” dia para, as quais são calculadas com base no método exponencial.

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos, e apropriadas ao resultado pela fluência dos prazos.

3.2. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

3.3. Aplicações interfinanceiras de liquidez

São registradas pelo valor de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

3.4. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

De acordo com a Circular BACEN n.º 3.068, de 8 de novembro de 2001, e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação, a critério da administração, em três categorias a saber: títulos para negociação - avaliados ao valor de mercado em contrapartida ao resultado do exercício; títulos disponíveis para a venda - avaliados ao valor de mercado em contrapartida a conta específica do patrimônio líquido; e títulos mantidos até o vencimento - avaliados pela taxa intrínseca dos títulos em contrapartida ao resultado do exercício.

3.5. Ativos não circulantes

- Investimentos: estão representados por ações da CETIP S.A. (ver nota explicativa nº 7).
- Imobilizados de uso: são registrados pelo custo de aquisição e a depreciação foi calculada pelo método linear, com base em taxas que levam em consideração a vida útil e econômica dos bens segundo parâmetros e taxas estabelecidos pela legislação tributária, sendo de 20% ao ano para “Sistema de Processamento de Dados” e de 10% ao ano para as demais contas.
- Intangíveis: São registrados os direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Instituição, ou exercidos com essa finalidade. São representados por softwares, registrados pelo custo de aquisição e amortizados pelo método linear, com base na vida útil estimada e segundo parâmetros e taxas estabelecidos pela legislação tributária à taxa de 20% a.a.

3.6. Demais ativos circulantes e não circulantes

Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias “pro rata” dia incorridos, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar, quando aplicáveis.

3.7. Redução ao valor recuperável de ativo

O imobilizado e outros ativos não circulantes são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

3.8. Passivos circulantes e não circulantes

Os valores demonstrados incluem, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias (em base “pro rata dia”) e cambiais incorridos. As provisões para contingências, de qualquer natureza, são reavaliadas periodicamente pela Administração, que leva em consideração, entre outros fatores, as possibilidades de êxito da ação e a opinião de seus consultores jurídicos;

3.9. Provisão para Imposto de Renda, Contribuição Social, PIS e COFINS

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

A provisão para o Imposto de Renda foi constituída à alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre os lucros que excederem R\$ 240 mil no ano. A provisão para contribuição social é calculada à alíquota de 20%, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal.

3.10. Contingências

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Técnicos, aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do Banco Central do Brasil.

- **Contingências ativas:** não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.
- **Contingências passivas:** são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação.

- **Obrigações legais:** ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações fiscais e tributárias, quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

3.11. Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para créditos de liquidação duvidosa e as provisões para perdas quando existentes, as provisões para contingências, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar, quando da sua realização, em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões existentes ao processo de estimativas contábeis. A Distribuidora revisa suas estimativas e premissas em bases semestrais.

3.12. Demonstração dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa pelo método indireto foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis CPC.

3.13. Lucro por ação

É obtido através da divisão do lucro líquido do período pelo número de ações em circulação na data base das demonstrações financeiras.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Na demonstração dos fluxos de caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	31/12/2017	31/12/2016
Disponibilidades	71	609
Depósitos bancários	71	609
Aplicações interfinanceiras de liquidez	305	374
Depósitos interfinanceiros	305	374
Total caixa e equivalente de caixa	376	983

5. TVM e instrumentos financeiros derivativos

5.1. Os títulos e valores mobiliários estão classificados em títulos disponíveis para venda e representados em:

	31/12/2017	31/12/2016
Carteira própria	1.510	1.252
Certificado de depósito bancário	1.283	1.071
Debêntures	227	181
Total da carteira curto prazo	1.510	1.252

5.2. Valor de mercado dos títulos

Os valores de custo atualizado da carteira de títulos e valores mobiliários, comparados com os respectivos valores de mercado, estão assim demonstrados:

	31/12/2017		31/12/2016	
	Valor do custo	Valor de mercado	Valor do custo	Valor de mercado
Certificado de Depósito Bancário	1.283	1.283	1.071	1.071
Debêntures	334	227	179	181
Total da carteira	1.617	1.510	1.250	1.252

6. Outros créditos e outras obrigações

	31/12/2017	31/12/2016
Ativo circulante – Outros créditos		
Rendas a receber	162	151
Dividendos e Juros de Capital	-	13
Serviços prestados a receber	162	138
Diversos	181	127
Imposto de Renda a compensar	181	127
Total do ativo circulante – Outros créditos	343	278
Ativo não circulante – Outros créditos		
Diversos	68	64
Devedores p/ depósitos em garantia	68	64

	31/12/2017	31/12/2016
Passivo circulante – Outras obrigações		
Sociais e Estatutárias	117	-
Dividendos e Bonificações a pagar	117	-
Fiscais e previdenciárias	74	74
Impostos e contrib. a recolher	74	73
Provisão p/ imposto e contrib. Diferido	-	1
Negociação e Intermediação de Valores	33	547
Credores - Conta Liquidação Pendentes	33	547
Diversas	240	115
Provisão p/ pagamentos a efetuar	240	115
Total do passivo circulante – Outras obrigações	464	736

7. Investimentos

Do saldo de 27.443 ações da Cetip S/A apresentado em 31 de dezembro de 2016, a Administração decidiu alienar a totalidade das ações, obtendo resultado positivo na venda do ativo no montante de R\$ 1.316. Em 2016 a Companhia também alienou saldo investimentos auferindo resultado positivo de R\$4.336.

8. Patrimônio líquido

8.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 o capital social de R\$ 1.782 está representado por 634.240 ações nominativas, sendo 317.120 ações ordinárias e 317.120 ações preferenciais, sem valores nominais, totalmente integralizadas na data do balanço por acionistas domiciliados no país.

8.2. Distribuição de lucros e destinação de reservas

Do lucro líquido apurado em balanço, serão destinados 5% para fundo de reserva legal, até que este alcance 20% do capital social, 25% para dividendos aos acionistas, e o saldo, se houver, terá a aplicação que lhe destinar a Assembleia Geral, por proposta da Diretoria, observadas as disposições legais atinentes à matéria.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017 foram distribuídos dividendos antecipados no montante de R\$ 180(R\$ 2.113 em 2016).

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017 foram destinados o saldo de lucros acumulados para reserva legal no montante de R\$ 19 (R\$ 103 em 2016); e, para reservas especiais de lucros no montante de R\$ 63.

9. Juros sobre capital próprio

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017 foram provisionados juros sobre capital próprio no montante de R\$ 138(R\$ 90 em 2016), conforme faculta o artigo 9º da Lei nº 9.249/95.

10. Provisões para contingências

A Distribuidora é parte em ações judiciais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo questões tributárias. A provisão de R\$ 68 (R\$ 64 em 2016) é considerada suficiente para a cobertura de eventuais perdas, pela avaliação da administração da Distribuidora.

Contingências fiscais e tributárias

A Distribuidora está discutindo judicialmente diversos aspectos relacionados à incidência e base de cálculo de COFINS e Contribuição Social sobre o lucro líquido e sobre suas operações. Até 31 de dezembro de 2017, a Distribuidora efetuou depósitos judiciais no valor de R\$ 68 (R\$ 64 em 2016), classificados no ativo não circulante.

As declarações de renda dos últimos cinco exercícios estão sujeitas à revisão e aprovação pelas autoridades fiscais. Outros impostos e contribuições permanecem sujeitos à revisão e aprovação pelos órgãos competentes por períodos variáveis de tempo.

Nas datas das demonstrações financeiras, a Distribuidora apresentava os seguintes passivos, e correspondentes depósitos judiciais, relacionados a contingências:

	Depósitos judiciais		Provisões para contingências	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Contingências tributárias	68	64	68	64
	68	64	68	64

A movimentação da provisão para contingências está demonstrada a seguir:

	Contingências tributárias
Saldo em 31 de dezembro de 2016	64
Atualização no período	4
Saldo em 31 de dezembro de 2017	68

Não há, conforme julgamento da Administração, montantes significativos a serem divulgados nas demonstrações financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 referentes a perdas possíveis não provisionadas no balanço patrimonial.

11.Receitas de prestação de serviços

	2º Sem/2017	31/12/2017	31/12/2016
Administração de fundos de investimentos	966	1.863	1.635
Outras	21	26	211
Total	987	1.889	1.846

12.Despesas de pessoal

	2º Sem/2017	31/12/2017	31/12/2016
Despesas com proventos	(373)	(685)	(530)
Despesas com encargos	(113)	(221)	(209)
Despesas com benefícios	(128)	(237)	(192)
Total	(614)	(1.143)	(931)

13. Outras despesas administrativas

	2º Sem/2017	31/12/2017	31/12/2016
Aluguéis	(81)	(172)	(175)
Condomínio	(37)	(74)	(76)
Processamento de dados	(96)	(182)	(176)
Serviços técnicos especializados	(206)	(875)	(752)
Comunicações	(10)	(23)	(17)
Publicação	(2)	(27)	(27)
Serviços do sistema financeiro	(12)	(40)	(220)
Transporte	(3)	(7)	(9)
Depreciação	(10)	(21)	(21)
Material expediente	(17)	(34)	(34)
Assinaturas de jornais e revistas	(4)	(9)	(9)
Manutenção e conservação	(2)	(4)	(5)
Outros	(37)	(64)	(50)
Total	(517)	(1.532)	(1.571)

14. Imposto de renda e contribuição social

	2º Sem/2017	31/12/2017	31/12/2016
Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	(195)	489	3.771
(-) Participações estatutárias no lucro	-	-	(24)
(-) Juros de capital próprio	(138)	(138)	(90)
Total	(333)	351	3.657
(Exclusões)/Adições:			
Dividendos recebidos	-	(10)	(38)
Gastos/(Apropriação) com ativos diferidos	(8)	(16)	(16)
Base de cálculo para impostos	(341)	325	3.603
Imposto de Renda (alíquota 15%)	51	(49)	(541)
Adicional Imposto de Renda (alíquota 10%)	46	(8)	(336)
Incentivos fiscais – P.A.T.	1	1	1
Total de imposto de renda	98	(56)	(876)
Contribuição Social alíquota 20% (alíquota de 15% até agosto/15)	68	(65)	(721)
Total de impostos correntes	166	(121)	(1.597)

15. Responsabilidades

A Distribuidora é responsável pela administração de fundos de investimentos, cujos valores de patrimônio líquido eram:

	31/12/2017	31/12/2016
SCP - Fundo de investimento imobiliário	47.062	46.764
FII Continental Square Faria Lima	183.369	183.262
FII Pateo Moinhos de Vento	221.719	222.433
Infra Patrimonial I FIC FIP	238.379	243.223
FII GWI Renda Imobiliária	80.133	80.099
FII Pedra Negra Renda Imobiliária	122.346	84.860
Brazil Real Estate Victory Fundo I –FII	18.433	1.910
Treecorp Real Estate FII I	28.560	-
Total	940.001	862.551

16. Partes relacionadas

16.1. Transações com partes relacionadas

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, a Distribuidora possui transações com partes relacionadas no montante de R\$ 561, referente a consultoria imobiliária na aquisição de imóveis para compor a carteira do Fundo Brazil Real Estate Victory Fund I Fundo de Investimento Imobiliário, registrado em despesas com consultoria.

E, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, a Distribuidora possui transações com partes relacionadas no montante de R\$ 484, referente a estudos econômico-financeiros relativos ao Fundo de Investimento Imobiliário Pedra Negra Renda Imobiliária, registrados em despesas com consultoria.

16.2. Remuneração da administração

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017 houve pagamento de honorários aos administradores da Distribuidora no montante de R\$ 80 (não houve pagamento em 2016).

17. Cobertura de seguros (não auditado)

A Distribuidora adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

18. Risco operacional e risco de mercado

- Atendendo determinação da Resolução nº 3.380 do CMN de 29 de junho de 2006, foi designado em reunião de Diretoria, realizada em 28 de dezembro de 2006 o Sr. Carlos Alberto da Rocha Lima como Diretor Responsável pelo Gerenciamento do Risco Operacional, e definida a estrutura para a efetiva implementação do controle de gerenciamento do risco operacional.
- Em atendimento a Resolução nº 3464 do CMN de 26 de junho de 2007, conforme deliberado em reunião de Diretoria, realizada em 09 de junho de 2016 foi designado o Sra. Carolina Andrea Garisto Gregório como Diretora Responsável pelo Gerenciamento do Risco de Mercado, e definida a estrutura organizacional para implementação do gerenciamento do risco de mercado.

Carlos Alberto da Rocha Lima
Diretor

Luiz Linares Cambero
Contador CRC 1 SP 74256/O-4